



**ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**PROCESSO SELETIVO PARA RECRUTAMENTO DE ESTAGIÁRIO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO
DE MATO GROSSO**

EDITAL Nº 04/2017/GSCP

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento na Lei Federal n. 11.788/08, de 25 de setembro de 2008, na Resolução n. 008/2011/PRES/TP, de 30 de maio de 2011, torna público a abertura do **Processo Seletivo Unificado para recrutamento de Estagiários**, no âmbito da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso e na Comarca de Cuiabá, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Processo Seletivo será regido por este Edital e seus anexos, e realizado sob a coordenação, operacionalização e acompanhamento, da Comissão de Apoio ao Processo Seletivo, instituída por meio da Portaria N.º 338/2017-PRES, de 30 de junho de 2017, composta pelos seguintes membros:

- **João Thiago de França Guerra** – Presidente
- **Edleuza Zorgetti Monteiro da Silva** – Membro
- **Claudenice Deijany Farias da Costa** – Membro
- **Eduardo da Silveira Campos** – Membro
- **Lusanil Egues da Cruz** – Membro
- **Maristela Furtado de Mendonça** – Membro
- **Mércya Lorena Bueno** – Membro
- **Carla Martins Arcanjo** – Membro

1.2 O processo seletivo visa o preenchimento de **48 (quarenta e oito) vagas, bem como a formação do cadastro de reserva**, no quadro de estagiários remunerados da Secretaria do Tribunal de Justiça e **formação de cadastro de reserva** na Comarca de Cuiabá para estudantes de nível médio e superior, conforme disponibilizado no Anexo I do presente edital.

1.3 O estágio será realizado nas unidades da Secretaria do Tribunal de Justiça e na Comarca de Cuiabá.

1.4 Aos estagiários incumbe o desempenho de atividades que possibilitem aprendizado técnico sob a supervisão e acompanhamento de um magistrado ou servidor do Poder Judiciário, sem qualquer forma de vínculo empregatício.

1.5 O processo seletivo obedecerá às normas deste edital e terá validade de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período.

1.6 O processo seletivo será realizado em etapa única, consistente em uma prova objetiva.

1.7 O conteúdo programático constará do Anexo II do presente edital.

1.8 Na atuação do estagiário na Secretaria do Tribunal de Justiça e na Comarca de Cuiabá serão observados o cumprimento de 30 (trinta) horas semanais, distribuídas em 06 (seis) horas diárias, em horário de funcionamento da Instituição, sem prejuízo das atividades discentes.

1.9 Os estagiários farão jus à **bolsa-auxílio** no valor de **R\$ 920,84** (novecentos e vinte reais e oitenta e quatro centavos), para estudantes de nível superior e de **R\$ 736,68** (setecentos e trinta seis reais e sessenta e oito centavos) para estudantes de nível médio.

1.10 Nos termos do art. 29 da Resolução n. 008/2011/PRES/TP, de 30 de maio de 2011, é assegurado ao estagiário auxílio transporte no valor de **R\$ 158,40** (cento e cinquenta e oito reais e quarenta centavos).

1.11 Todos os estagiários, na vigência do Termo de Compromisso do Estágio, terão cobertura de seguro de acidentes pessoais, cujo pagamento da apólice será responsabilidade da empresa de operacionalização de Programas de Estágio, conforme dispõe o art. 32 da Resolução n. 008/2011/PRES/TP, de 30 de maio de 2011.

1.12 Em conformidade com o art. 26 da Resolução n. 008/2011/PRES/TP, de 30 de maio de 2011, a vigência do contrato será fixada no Termo de Compromisso de Estágio, pelo período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante instrumento próprio, com exceção dos portadores de deficiência, a teor do que estabelece o artigo 11 da Lei n. 11.788, de 25/9/2008.

2. DOS REQUISITOS PARA ESTÁGIO CURRICULAR

2.1 Estar frequentando o ensino regular em instituições públicas ou privadas de educação superior ou de ensino médio.

2.2 Os estagiários de nível superior deverão estar regularmente matriculados em Universidades ou Faculdades presenciais ou em instituições de ensino à Distância - EAD, reconhecidas pelo Ministério da Educação – MEC, e que estejam cursando, no mínimo, o 3º semestre do Curso de Direito, ou o 2º semestre dos demais Cursos de nível superior, ou o 1º ano do Curso de Enfermagem (Curso Profissionalizante) e Ensino Médio.

2.3 Somente poderão ingressar no estágio os candidatos que, na data da convocação, estejam distantes, no mínimo, 06 (seis) meses da data prevista para a conclusão do curso.

2.3.1 No caso do candidato do curso de direito, somente poderá ingressar no estágio aquele que na data da convocação estiver distante, no mínimo, 12 (doze) meses da data prevista para a conclusão do curso.

2.4 Na data da contratação, o estudante deve ter a idade mínima de 16 (dezesseis) anos completos.

3. DA INSCRIÇÃO

3.1 A inscrição deverá ser efetuada exclusivamente via internet, no endereço eletrônico <http://www.tjmt.jus.br>, a partir das 8h do dia 03/10/2017 até as 23h59m do dia 15/10/2017, considerando-se como extemporânea e sem validade qualquer inscrição feita fora desse período.

3.2 Não haverá cobrança da taxa de inscrição.

3.3 O Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso não se responsabiliza por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

3.4 As informações prestadas na solicitação de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo a Comissão de Apoio ao Processo Seletivo Unificado para recrutamento de estagiários o direito de excluí-lo do certame por preenchimento incorreto (RG, CPF, data de nascimento) bem como em virtude da ausência de veracidade dos dados informados, sem prejuízo de eventual responsabilidade penal.

3.5 O comprovante de inscrição deverá ser mantido em poder do candidato e apresentado no local da realização das provas.

3.6 A relação dos candidatos que tiverem suas inscrições deferidas constará no edital a ser publicado no Diário da Justiça Eletrônico e disponibilizado no *site* deste Tribunal www.tjmt.jus.br **serviços/Processo Seletivo Unificado**, na data provável de 23/10/2017.

4. DAS VAGAS

4.1 Os candidatos aprovados serão convocados pela Divisão de Estágio do Departamento de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça, de acordo com as vagas disponibilizadas neste edital e as que surgirem durante o prazo de validade do certame, em observância à ordem classificatória.

4.1.1 A classificação dos candidatos cotistas no cadastro de reserva respeitará os critérios de alternância e proporcionalidade, que consideram a relação entre o número total de vagas e o número de vagas reservadas a candidatos com deficiência ou negros. Sendo assim, o procedimento de **distribuição das vagas** do cadastro de reserva obedecerá às seguintes regras:

a) Será reservada ao primeiro candidato classificado na condição de PCD, a nona vaga disponível, sendo que as reservas seguintes corresponderão à nona vaga em cada grupo de 09 (nove) vagas e, por conseguinte, às de números 18, 27, 36, 45 e assim sucessivamente.

b) Será reservada ao primeiro candidato classificado na cota para negros, a terceira vaga disponível para contratação, sendo que as reservas seguintes corresponderão à quarta vaga em

cada grupo de 04 (quatro) vagas e, por conseguinte, às de números 7, 11, 15, 19 e assim sucessivamente.

c) Quando houver conflito entre o percentual de PCD e Negros, será dada a prioridade ao candidato PCD.

4.2 A ocupação da vaga pelo candidato aprovado estará condicionada ao comparecimento no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a Divisão de Avaliação, Desempenho e Estágio do Departamento de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça e/ou na Gestão de Recursos Humanos do Fórum da Comarca de Cuiabá, contados da convocação, com a apresentação dos documentos de identificação pessoal e comprobatórios do vínculo com a instituição de ensino conveniada.

4.3 As vagas oferecidas neste processo seletivo são para estágio, preferencialmente, no período vespertino, podendo ser disponibilizadas vagas no período matutino, de acordo com a necessidade da Administração.

5. DAS VAGAS DESTINADAS À PESSOA COM DEFICIÊNCIA (PCD)

5.1 As pessoas com deficiência (PCD), com fundamento no art. 37, inciso VIII da Constituição Federal, Decreto n. 3.298/99, de 20 de dezembro de 1999, art. 17, § 5º, da Lei n. 11.788/08, § 2º do art. 8º da Lei Complementar n. 04/90, Estatuto dos Servidores Públicos do Estado de Mato Grosso, art. 21 da Lei Complementar n. 114, de 25 de novembro de 2002, e Enunciado Administrativo n. 12 do Conselho Nacional de Justiça, poderão, nos termos do presente edital, concorrer a 10% (dez por cento) das vagas ofertadas e das que surgirem dentro do prazo de validade do processo seletivo.

5.2 Sem prejuízo do disposto no subitem 5.1, para efeito de reserva de vaga, serão considerados pessoas com deficiência os candidatos que se enquadrarem em uma das seguintes categorias, desde que compatíveis com as atribuições desenvolvidas no estágio:

5.2.1 **Deficiência física:** alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho das funções.

5.2.2 **Deficiência auditiva:** perda bilateral, parcial ou total de 41 (quarenta e um) decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500 Hz, 1.000 Hz, 2.000Hz e 3.000 Hz.

5.2.3 **Deficiência visual:** cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho com a melhor correção óptica; baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais o somatório da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º (sessenta graus) ou a ocorrência simultânea de quaisquer condições anteriores.

5.3. Além das exigências comuns a todos os candidatos no processo seletivo, o candidato inscrito na condição de pessoa com deficiência (PCD), deverá cumprir com as exigências abaixo:

a) Em campo próprio no formulário de inscrição:

- Assinalar na **opção** por concorrer às vagas destinadas a pessoas com deficiência;
- Informar caso necessite de **condições especiais para realização da prova**, especificando a limitação e o tipo de necessidade, seja qual for o motivo alegado;

b) Encaminhar, para o e-mail cba.estagiario@tjmt.jus.br, no período das inscrições (03/10/2017 a 15/10/2017):

- **Atestado médico** com data de emissão no máximo 30 (trinta) dias antes da data de publicação deste edital, que comprove a deficiência alegada e que contenha a espécie, o grau ou o nível de deficiência de que é portador, a CID (Classificação Internacional de Doenças) e a provável causa dessa deficiência;
- **Declaração** devidamente assinada, de estar ciente de que a deficiência não poderá ser incompatível com as atribuições a serem desenvolvidas no estágio, conforme previsto no § 2º, do art. 40 do Decreto n. 3.298/99, com as alterações introduzidas pelo Decreto n. 5.296, de 02 de dezembro de 2004.

5.4. O não encaminhamento de qualquer um dos documentos especificados no subitem 5.3 implicará no indeferimento do pedido de inscrição no sistema de reserva de vaga para pessoas com deficiência, passando o candidato, automaticamente, a concorrer apenas às vagas destinadas à ampla concorrência, desde que preenchidos os demais requisitos previstos neste edital.

5.5. O candidato inscrito na condição de pessoa com deficiência (PCD) que deixar de indicar a necessidade de condição especial para realização da prova, o fará nas mesmas condições propiciadas aos demais candidatos.

5.5.1. O atestado médico original deverá ser entregue no ato da convocação e terá validade somente para o Processo Seletivo regido por este edital e não será devolvido, assim como não serão fornecidas cópias desse documento.

5.6. O candidato inscrito na condição de pessoa com deficiência (PCD), participará do processo seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo, avaliação, horário e local de aplicação das provas.

5.7. Os candidatos inscritos na condição de pessoas com deficiência (PCD), deverão obter a mesma nota mínima exigida aos demais candidatos para aprovação.

5.8. As vagas não preenchidas, reservadas aos candidatos inscritos na condição de pessoas com deficiência (PCD), serão aproveitadas pelos demais candidatos aprovados, em estrita observância à ordem de classificação no processo seletivo.

5.9. A classificação de candidatos inscritos a condição de pessoa com deficiência (PCD), obedecerá aos mesmos critérios adotados para os demais candidatos.

5.10. No resultado final do processo seletivo, constará a relação de todos os candidatos classificados, com a respectiva pontuação incluindo-se os candidatos inscritos na condição de pessoa com deficiência (PCD), sendo também divulgada uma relação constando somente a classificação e pontuação desses últimos, os quais serão convocados e contratados para as vagas reservadas, em face da classificação obtida, conforme dispõe o art. 21, § 1º, da Lei Complementar Estadual 114/2002.

5.11. Serão indeferidas as inscrições dos candidatos na condição de pessoa com deficiência que não cumprirem com a exigência do presente edital.

5.12. O indeferimento da inscrição do candidato inscrito na condição de pessoa com deficiência (PCD) não exclui sua participação na lista de ampla concorrência.

6. DA RESERVA DE VAGAS A CANDIDATOS NEGROS

6.1 Em cumprimento ao disposto nos artigos 2.º e 3º da Resolução 203, de 23 de junho de 2015, do Conselho Nacional de Justiça, serão reservados aos candidatos Negros o percentual de 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas, conforme discriminado no Anexo I deste Edital.

6.2 A reserva de vagas de que trata o subitem anterior será aplicada sempre que o número de vagas oferecidas for igual ou superior a 3 (três).

6.3 Caso a aplicação do percentual de que trata o subitem 6.1 deste Edital resulte em número fracionado, este será elevado até o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5 (cinco décimos), ou diminuído para o número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (cinco décimos), em conformidade com o que estabelece o § 2º do Art. 2º da Resolução 203, de 23 de junho de 2015, do Conselho Nacional de Justiça.

6.4 Poderão concorrer às vagas ou ao Cadastro de Reserva, ambos destinados aos candidatos Negros, conforme discriminado no Anexo I deste Edital, somente aqueles que, no ato da inscrição, se autodeclararem pretos ou pardos, conforme o quesito cor ou raça, utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e optarem por concorrer a essas vagas.

6.4.1 A autodeclaração referida no subitem anterior deverá ser feita pelo candidato no ato da inscrição, preenchendo campo apropriado do Requerimento de Inscrição e terá validade somente para este processo seletivo.

6.4.2 Comprovando-se falsa a declaração, o candidato será eliminado do processo seletivo e, se houver sido contratado, ficará sujeito à anulação da sua contratação, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

6.5 Os candidatos negros concorrerão concomitantemente às vagas a eles reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no processo seletivo.

6.5.1 Além das vagas referidas no subitem anterior, os candidatos Negros poderão optar por concorrer às vagas reservadas a Pessoas com Deficiência (PCD), se atenderem a essa condição, de acordo com sua classificação no processo seletivo.

6.5.2 Os candidatos Negros aprovados dentro do número de vagas oferecidas à ampla concorrência não serão computados para efeito do preenchimento das vagas reservadas a candidatos Negros.

6.5.3 Os candidatos Negros aprovados para as vagas a eles destinadas e às Pessoas com Deficiência (PCD), convocados concomitantemente para o provimento dos cargos, deverão manifestar opção por uma delas.

6.6 Em caso de desistência de candidato Negro aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato Negro posteriormente classificado.

6.7 Na hipótese de não haver candidatos negros aprovados em número suficiente para que sejam ocupadas as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação no concurso.

6.8 A contratação dos candidatos aprovados respeitará os critérios de ordem de classificação, de alternância e de proporcionalidade, que consideram a relação entre o número total de vagas e o número de vagas reservadas aos candidatos com deficiência e aos candidatos negros.

7. DO EXAME DE SELEÇÃO

7.1 A prova será aplicada para todos os candidatos **na data provável de 03/12/2017, das 09:00 às 12:00 hs** na **UNIC – UNIVERSIDADE DE CUIABÁ**, com sede à Avenida Beira Rio, n. 3100, Bairro Jardim Europa. A confirmação da data será divulgada no Diário da Justiça Eletrônico e disponibilizada no *site* do Tribunal de Justiça www.tjmt.jus.br - **serviços/Processo Seletivo Unificado**, oportunamente, após o encerramento das inscrições.

7.2 O candidato deverá apresentar-se para prova, munido de documento oficial de identificação original, com foto (RG, CNH, CTPS, Passaporte), comprovante de inscrição e caneta **esferográfica transparente de tinta azul ou preta**, com antecedência de trinta minutos antes do início da prova.

7.2.1 Somente será permitida a entrada de candidatos ao local da prova das 08:00 às 08:45 hs, quando ocorrerá o fechamento do portão principal.

7.3 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 dias, juntamente com qualquer outro documento que contenha foto.

7.4 **Não serão aceitos** como documento de identidade: certidões de nascimento, CPF, Título de eleitor, **carteira de estudante**, nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados, ou com prazo de validade vencido.

7.5 Não será aceita cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, nem protocolo do documento.

7.6 A prova terá duração de **03 (três) horas**. As questões serão elaboradas de acordo com o conteúdo programático constante do Anexo II deste Edital.

7.7 A Prova Objetiva terá caráter eliminatório e classificatório e conterà 25 (vinte e cinco) questões, valendo 4,0 (quatro) pontos cada uma. Contendo 4 (quatro) alternativas: a, b, c, d.

7.7.1 Para os **candidatos do curso de Direito**, a prova consistirá em 05 (cinco) questões de Português, 05 (cinco) de noções de Informática, 05 (cinco) de Raciocínio Lógico e 10 (dez) de noções em Direito (Constitucional, Teoria Geral do Processo, Direito Civil e Direito Penal).

7.7.2 Para os **candidatos dos demais cursos de nível superior e nível médio**, a prova consistirá em 10 (dez) questões Português, 05 (cinco) de Conhecimentos Gerais (Atualidades), 05 (cinco) de Raciocínio Lógico e 05 (cinco) de noções de Informática.

7.8 No preenchimento do cartão de resposta da prova objetiva não será admitida qualquer rasura, aplicação de corretivo ortográfico (*liquid paper* ou similar) ou apagamento através de borracha ou similar, sendo computada como errada a questão com tais ocorrências.

7.9 O preenchimento da identificação do candidato na prova deverá ser realizado apenas no local especificamente destinado para esse fim.

7.10 Não será permitido qualquer tipo de consulta.

7.11 Os candidatos deverão observar as instruções dos fiscais de sala e portar-se com urbanidade e decoro em relação a eles, aos responsáveis pela fiscalização da aplicação das provas e aos demais candidatos, sob pena de desclassificação no processo seletivo.

7.12 A ausência do candidato no local e horário designados para a realização das provas importará na sua eliminação no processo seletivo.

8. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E RESULTADO

8.1 Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem no mínimo 50% (cinquenta por cento) de acertos na prova objetiva.

8.2 A classificação será efetuada por ordem decrescente do total de pontos obtidos pelos candidatos na prova objetiva.

8.3 Em caso de empate, será priorizado os candidatos que:

- a) Apresentar melhor pontuação na prova de Português;
- b) Tiver cumprido maior parte do curso;
- c) Tiver maior idade.

8.4 A nota final no processo seletivo será a soma algébrica da nota obtida nas provas objetivas.

8.5 O resultado final do processo seletivo será divulgado no Diário de Justiça Eletrônico e endereço eletrônico do Tribunal de Justiça www.tjmt.jus.br - **serviços/processo seletivo unificado**, em data a ser definida posteriormente.

8.6 A habilitação no processo de seleção de estagiários não gera direito à convocação, que far-se-á na conveniência e necessidade da administração, garantindo aos aprovados e classificados a preservação da ordem de classificação no ato de preenchimento das vagas.

9. DOS RECURSOS

9.1 Serão admitidos recursos, no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da publicação do Edital, quanto:

- a) Ao indeferimento do requerimento de inscrição;
- b) Ao gabarito provisório;
- c) Ao resultado final do Processo Seletivo.

9.2 Os recursos deverão ser interpostos somente por meio do endereço eletrônico cba.estagiario@tjmt.jus.br, conforme o prazo estabelecido no subitem 9.1.

9.3 Os prováveis recursos relativos a este processo seletivo serão analisados e decididos pela Comissão de Apoio ao Processo Seletivo para recrutamento de estagiários.

9.4 Não serão conhecidos os recursos sem a identificação da questão e fundamentação clara, objetiva e consistente.

9.5 Se do exame de recursos contra o Gabarito da prova objetiva resultar anulação de questão, a pontuação correspondente será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

10. DA HOMOLOGAÇÃO DA SELEÇÃO

10.1 A homologação do Processo Seletivo será feita pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

11. DA CONTRATAÇÃO DO ESTAGIÁRIO

11.1 Para contratação do estagiário, deverão ser observados os seguintes requisitos:

- a) Ter sido aprovado no Processo Seletivo;
- b) Estar matriculado e com frequência regular em curso de educação superior ou de ensino médio, atestados pela instituição de ensino;
- c) Ter idade mínima 16 (dezesesseis) anos completos;
- d) Celebração de Termo de Compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino;
- e) Manter Compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas presentes no Termo de Compromisso.

11.2 Os candidatos aprovados serão convocados via *e-mail* pela Divisão de Avaliação, Desempenho e Estágio da Coordenadoria de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça – MT, obedecendo-se à ordem de classificação e o número de vagas existentes. É responsabilidade do candidato informar qualquer alteração de dados, por meio do endereço eletrônico divisao.estagio@tjmt.jus.br.

11.3 Ao serem convocados, os candidatos deverão apresentar os seguintes documentos:

- a) Cópia do RG (Identidade) e CPF;
- b) 02 (duas) fotografias recentes, tamanho 3x4;
- c) Ficha Cadastral preenchida (Anexo III);

- d) Comprovante de residência (conta de água, luz, telefone, etc.)
- e) Declaração de matrícula expedida pela Instituição de Ensino;
- f) Declaração de relação de Parentesco, conforme Portaria n. 789/2009/DRH (Anexo IV);
- g) Certidão Negativa Cível e Criminal da Justiça Federal e Estadual;
- h) Atestado médico original, se classificado para a vaga reservada aos candidatos inscritos na condição de pessoas com deficiência (PCD).

11.4 Uma vez convocados, os candidatos aprovados que não comparecerem para formalização da assinatura do Termo de Compromisso de Estágio, no prazo de **05 (cinco) dias úteis** serão considerados desistentes, seguindo-se à nomeação do próximo classificado.

12 DAS ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS:

12.1 Das atividades a serem desenvolvidas pelos estagiários:

- a) Examinar e estudar os autos, findos ou em curso, quando a chefia julgar útil ao aprendizado, podendo ser-lhes solicitada análise escrita;
- b) Realizar pesquisas sobre matéria jurídica relacionada com a respectiva atividade;
- c) Verificar o andamento de processos, obter certidões, cópias de julgados e de documentos diversos;
- d) Atender e prestar informações pertinentes a advogados, partes, procurados, promotores, peritos do juízo, ou qualquer outra autoridade;
- e) Remeter, receber e transportar processo, documentos e correspondências;
- f) Cadastrar ações ajuizadas na serventia e manter atualizada a movimentação dos processos;
- g) Preparar os autos para o processamento;
- h) Restaurar, arquivar e desarquivar processos;
- i) Elaborar e enviar os arquivos de publicações para a Imprensa Oficial (Diário da Justiça Eletrônico);
- j) Redigir e expedir ofícios, mandados, cartas precatórias, despachos ou qualquer outro documento de interesse processual;
- k) Pesquisar e juntar petições;
- l) Acompanhar audiências;
- m) Executar tarefas inerentes ao seu desempenho, atendendo e prestando informações e/ou realizando quaisquer outras tarefas pertinentes às atividades que se fizerem necessárias às áreas específicas de cada curso.

13 DOS DEVERES E PROIBIÇÕES

13.1 É vedado ao estagiário:

- a) Patrocinar, como estagiário da Ordem dos Advogados do Brasil, processos em qualquer unidade do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso;
- b) Receber, a qualquer título, quantias, valores ou bens em razão de sua função, salvo a bolsa de estágio e auxílio-transporte;
- c) Valer-se do estágio para captação de clientela, para facilitar a tramitação de autos do seu interesse particular ou de clientes, ou obtenção de qualquer tipo de vantagens para si ou para outrem;
- d) Usar documentos comprobatórios de sua condição para fins estranhos à função;

e) Manter, sob sua guarda, sem expressa autorização do Magistrado ou responsável pela unidade, papéis, documentos e processos pertencentes ou que estejam sob a responsabilidade do Poder Judiciário.

13.2 São deveres do estagiário:

- a) Cumprir as ordens e instruções emanadas da Corregedoria-Geral da Justiça;
- b) Acatar as instruções e determinações dos supervisores;
- c) Ter ética e sigilo ao lidar com informações que teve conhecimento em razão de seu aprendizado;
- d) Respeitar e tratar com urbanidade os magistrados, servidores do Poder Judiciário e público em geral;
- e) Utilizar crachá de identificação;
- f) Utilizar vestimenta compatível ao ambiente de estágio;
- g) Ter pontualidade e disciplina;
- h) Utilizar de vocabulário adequado.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

14.1 No dia da realização das provas, não serão fornecidas informações referentes ao seu conteúdo e/ou aos critérios de avaliação e de classificação.

14.2 É de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar todos os atos, editais e comunicados referentes a este processo seletivo.

14.3 Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado.

14.4 Na qualidade de estagiário não confere direito nem expectativa de direito de ingresso nos quadros do Poder Judiciário, não estabelecendo vínculo contratual ou estatutário de nenhuma natureza, nem ensejando precedência ou prioridade para fins de classificação em concurso para investidura em cargo público, conforme disciplina o art. 3º da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

14.5 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Apoio ao Processo Seletivo Unificado para recrutamento de estagiários.

Cuiabá-MT, 28 de setembro de 2017.

Desembargador Rui Ramos Ribeiro
Presidente do Tribunal de Justiça

ANEXO I

QUADRO DE VAGAS

2ª INSTÂNCIA			
Unidade (Curso)	Número de Vagas		
	Ampla concorrência	Pessoa com deficiência (PcD)	Negro
Administração	07	01	02
Arquitetura	CR	CR	CR
Ciências Contábeis	04	CR	01
Direito	18	02	05
Economia	02	CR	CR
Engenharia Civil	CR	CR	CR
Engenharia Elétrica	CR	CR	CR
Gestão de Pessoas	02	CR	01
Gestão Pública	CR	CR	CR
Gestão de Eventos	CR	CR	CR
Jornalismo	CR	CR	CR
Publicidade e Propaganda	CR	CR	CR
Tecnologia da Informação	02	CR	01
Técnico em Enfermagem	CR	CR	CR
Ensino Médio	CR	CR	CR

1ª INSTÂNCIA – COMARCA DE CUIABÁ			
Unidade (Curso)	Número de Vagas		
	Ampla concorrência	Pessoa com deficiência (PcD)	Negro
Administração	CR	CR	CR
Ciências Contábeis	CR	CR	CR
Direito	CR	CR	CR
Gestão de Pessoas	CR	CR	CR
Tecnologia da Informação	CR	CR	CR

ANEXO II

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

NÍVEL SUPERIOR – Direito

PORTUGUÊS

1. Ortografia Oficial.
2. Acentuação Gráfica.
3. Flexão Nominal e Verbal;
4. Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação.
5. Emprego de Tempos e Modos Verbais
6. Vozes do Verbo.
7. Concordância Nominal e Verbal.
8. Regência Nominal e Verbal.
9. Ocorrência de crase.
10. Pontuação.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

1. Conceitos básicos de sistemas operacionais Windows XP, gerenciador de arquivos, gerenciador de impressão.
2. Modos de utilização e conceitos de editores de texto e planilhas.
3. Noções básicas do Word.
4. Noções básicas de Excel.
5. Gerenciamento de arquivos.
6. Ferramentas e aplicativos de navegação e navegadores.

RACIOCÍNIO LÓGICO

- Afirmação e negação no conjunto dos números reais, nas proposições, nas sentenças abertas e nas operações em conjuntos. Raciocínio Matemático, Lógico-Numérico e Lógico-Quantitativo. Raciocínio Lógico-Matemático em atividades que envolvem máximos e mínimos de funções, na teoria dos conjuntos, no sistema de numeração decimal. Sucessões. Progressão Aritmética. Progressão Geométrica. Probabilidade. Regra de três simples e composta.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Constituição: conceito, objeto e classificações. Supremacia da Constituição. Aplicabilidade das normas constitucionais.
2. Dos princípios fundamentais. Dos direitos e garantias fundamentais. Dos direitos e deveres individuais e coletivos.
3. Da nacionalidade. Nacionalidade originária. Nacionalidade derivadas. Hipóteses constitucionais de perda de nacionalidade.
4. Da organização do Estado. Da organização político-administrativa. Da união. Dos estados federados. Dos municípios. Da administração pública.
5. Dos servidores públicos.

6. Do Poder Judiciário. Das funções essenciais à Justiça.

NOÇÕES DE TEORIA GERAL DO PROCESSO

1. Métodos de solução de conflitos.
2. Fontes e Princípios do Direito Processual.
3. Jurisdição e Competência.
4. Ação e condições da ação.
5. Processo e Pressuposto processuais.
6. Sujeitos do processo: das partes e dos procuradores.
7. Dos atos e vícios processuais.
8. Da petição inicial: conceito e requisitos.
9. Do pedido: espécies, modificação, cumulação.
10. Da sentença.
11. Do duplo grau de jurisdição.
12. Da coisa julgada.

NOÇÕES DE DIREITO CIVIL

1. Das Pessoas. Das Pessoas Naturais. Das pessoas jurídicas. Do Domicílio.
2. Dos Bens. Das diferentes classes de bens.
3. Dos fatos jurídicos. Do negócio jurídico. Dos atos jurídicos lícitos. Dos atos ilícitos.
4. Da prescrição e decadência.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

1. Da aplicação da lei penal. Princípios da legalidade e da anterioridade. A lei penal no tempo e espaço. O fato típico e seus elementos. Relação de causalidade.
2. Crime consumado, tentado e impossível.
3. Crime doloso e culposos.
4. Causas excludentes de responsabilidade.
5. Da imputabilidade penal.
6. Das penas: espécies, cominação e aplicação.
7. Da suspensão condicional da pena.
8. Do livramento condicional.
9. Das medidas de segurança.
10. Da extinção da punibilidade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

NÍVEL SUPERIOR

Administração, Arquitetura, Ciências Contábeis, Economia, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Gestão Pública, Gestão de Pessoas, Gestão de Eventos, Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Tecnologia da Informação.

PORTUGUÊS

1. Ortografia Oficial.
2. Acentuação Gráfica.
3. Flexão Nominal e Verbal;
4. Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação.
5. Emprego de Tempos e Modos Verbais
6. Vozes do Verbo.
7. Concordância Nominal e Verbal.
8. Regência Nominal e Verbal.
9. Ocorrência de crase.
10. Pontuação.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

1. Conceitos básicos de sistemas operacionais Windows XP, gerenciador de arquivos, gerenciador de impressão.
2. Modos de utilização e conceitos de editores de texto e planilhas.
3. Noções básicas do Word.
4. Noções básicas de Excel.
5. Gerenciamento de arquivos.
6. Ferramentas e aplicativos de navegação e navegadores.

RACIOCÍNIO LÓGICO

- Afirmção e negação no conjunto dos números reais, nas proposições, nas sentenças abertas e nas operações em conjuntos. Raciocínio Matemático, Lógico-Numérico e Lógico-Quantitativo. Raciocínio Lógico-Matemático em atividades que envolvem máximos e mínimos de funções, na teoria dos conjuntos, no sistema de numeração decimal. Sucessões. Progressão Aritmética. Progressão Geométrica. Probabilidade. Regra de três simples e composta.

CONHECIMENTOS GERAIS (ATUALIDADES)

- Domínio de tópicos atuais e relevantes de diversas áreas, tais como política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, ecologia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável e segurança pública.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

NÍVEL MÉDIO - Ensino Médio e Técnico em Enfermagem

PORTUGUÊS

1. Ortografia Oficial.
2. Acentuação Gráfica.
3. Pontuação.
4. Emprego das classes de palavras.
5. Emprego de Tempos e Modos Verbais
6. Concordância Nominal e Verbal.
7. Sintaxe da oração e do período.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

1. Conceitos básicos de sistemas operacionais Windows XP, gerenciador de arquivos, gerenciador de impressão.
2. Modos de utilização e conceitos de editores de texto e planilhas.
3. Noções básicas do Word.
4. Noções básicas de Excel.
5. Gerenciamento de arquivos.
6. Ferramentas e aplicativos de navegação e navegadores.

RACIOCÍNIO LÓGICO

- Noções básicas da lógica matemática. Questões clássicas de raciocínio e métodos algébricos e aritméticos; sequência lógica e leis de formação de principio multiplicativo, problemas de contagem e de probabilidades. Regras de três e de sociedade.

CONHECIMENTOS GERAIS (ATUALIDADES)

- Domínio de tópicos atuais e relevantes de diversas áreas, tais como política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, ecologia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável e segurança pública.

- Domínio de tópicos atuais e relevantes de diversas áreas, tais como política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, ecologia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável e segurança pública.

ANEXO III



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CADASTRO DE DADOS PESSOAIS – ESTAGIÁRIOS

DADOS PESSOAIS			
NOME:			
RAÇA: () Amarela () Branca () Indígena () Negra () Parda () Não informado			
PORTADOR DE NECESSIDADE ESPECIAL: () SIM () NÃO			
Tipo de deficiência: () física () visual () auditiva CID: _____			
SEXO: () MASCULINO () FEMININO			
DATA DE NASCIMENTO: ___/___/___ IDADE:			
E-MAIL:			
FATOR SANGUÍNEO: () A+ () A- () B+ () B- () AB () AB- () O+ () O-			
PAÍS DE NASCIMENTO:			
CIDADE DE NASCIMENTO:		ESTADO DE NASCIMENTO:	
ESTADO CIVIL: () Casado () Divorciado () Sep Jud () Solteiro () União Estável () Viúvo			
ENDEREÇO			
RUA/AV:		N.º:	
BAIRRO:			
COMPLEMENTO:			
CIDADE/ESTADO:		CEP:	
TELEFONE FIXO:		CELULAR:	COMERCIAL:
DOCUMENTOS PESSOAIS			
RG:	DATA DE EMISSÃO:	ÓRGÃO EMISSOR:	ESTADO DO ÓRGÃO:
CPF:			
N.º DE REGISTRO DA CNH:		VALIDADE:	
CATEGORIA : () A () B () C () D () E NÃO POSSUI ()			
DADOS BANCARIOS			
() BANCO BRASIL	AGÊNCIA:	CONTA CORRENTE:	
() BANCO BRADESCO	AGÊNCIA:	CONTA CORRENTE:	
() BANCO ITAÚ	AGÊNCIA:	CONTA CORRENTE:	
DADOS ADICIONAIS			
NOME DO CÔNJUGE/COMPANHEIRO:		CPF:	
NOME DO PAI:		CPF:	
NOME DA MÃE:		CPF:	
NOME DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO:			
CIDADE / UF:			
CURSO:		TURNO:	
ANO (se curso anual):		SEMESTRE (se curso semestral):	
HORÁRIO DO ESTÁGIO: () 12 às 18h () 13 às 19h () Outro			
LOTAÇÃO DO ESTAGIÁRIO:			
SUPERVISOR DE ESTÁGIO:			
CARGO:			
MATRÍCULA:			
E-MAIL:			

Obs.: Sr estudante:

- Favor preencher todos os campos (inclusive CPF de pai e mãe). Lotação e Supervisor devem ser preenchidos pela Comarca.

- Favor informar conta corrente, não pode ser conta poupança, conta universitária, conta salário ou conta conjunta.

- Na abertura da Conta Corrente efetuar depósito simbólico, exemplo R\$0,50, para certificar-se que a conta esteja validada. Se for conta antiga e, que esteja há tempo sem utilização, efetuar também o depósito simbólico.

Data ___/___/___

Assinatura _____

ANEXO IV



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DECLARAÇÃO DE RELAÇÃO DE PARENTESCO

MATRÍCULA:	NOME:		
CPF:			RG:
PAI			CPF:
MÃE			CPF:
CÔNJUGE			CPF:
COMARCA/SECRETARIA	LOTAÇÃO:		

VINCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR

- () Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo:
() Efetivo com função de confiança Cargo:
() Cargo em comissão Cargo:
() Contrato temporário Cargo:
() Requisitado/cedido Cargo:
(à disposição, ocupante de cargo em comissão)
(X) Estagiário
() Credenciado

Possui Cônjuge, Companheiro, ou Parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, com Magistrados, Servidores, Estagiário ou Credenciado?

() SIM

() NÃO

Nome do Parente	Cargo Efetivo	Relação de Parentesco	Lotação	CNE/FC

Por ser a expressão fiel da verdade, sob pena de responsabilidade Penal, Civil e Administrativa, em cumprimento a Súmula Vinculante nº 13, Resolução nº 07/2005, seus Enunciados Administrativos, firmo a presente declaração.

Cuiabá, ____ de _____ de _____.

Assinatura _____